

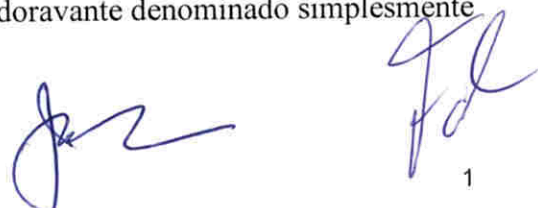
CONTRATO DE REPASSE Nº 300.420-21/2009 / MINISTÉRIO DO TURISMO / CAIXA**CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
MINISTÉRIO DO TURISMO REPRESENTADO
PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DA
MADRE DE DEUS, OBJETIVANDO A
EXECUÇÃO DO PROGRAMA TURISMO SOCIAL
NO BRASIL.**

Processo nº 300.420-21
Nº seqüencial SICONV: 0116572009

Por este instrumento particular, as partes adiante nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários, em conformidade com as disposições contidas no Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008, e suas alterações, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na Instrução Normativa STN/MF nº 01, de 17 de outubro de 2005, e suas alterações, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício, na Portaria MTur nº 3, de 26 de agosto de 2003, bem como no Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulam a espécie, as quais os partícipes, desde já, se sujeitam, na forma a seguir ajustada:

I - CONTRATANTE - A União, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 5 de junho de 2008, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Agente Operador, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por FABIO ROGERIO GOMES FREITAS, RG nº 199.0785, CPF nº 249.206.814-53, residente e domiciliado em CARUARU, conforme procuração lavrada em notas do 2º ofício de BRASÍLIA, no livro 2721 fls 88 e 89, em 06/05/2009 e substabelecimento lavrado em notas do 3º ofício de RECIFE no livro 860, em 18/06/2009, doravante e denominada simplesmente CONTRATANTE.

II - CONTRATADO - Prefeitura Municipal de Brejo da Madre de Deus, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.091.528/0001-77, neste ato representado pelo Senhor Prefeito José Edson de Sousa, portador do RG nº 1.201.536 SSP/PE e CPF nº 146.842.844-68, residente e domiciliado em Rua Dr. José Nery, 01- Centro- Brejo da Madre de Deus – CEP 55.170.000, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O presente Contrato de Repasse tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de Construção de Calçamento no Distrito de São Domingos, no Município de Brejo da Madre de Deus.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

2 - O detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução com os respectivos cronogramas, devidamente justificados, para o período de vigência deste Contrato de Repasse, constam do Plano de Trabalho e dos respectivos Projetos Técnicos, anexos ao Processo acima identificado, que passa a fazer parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3 - Como forma mútua de cooperação na execução do objeto previsto na Cláusula Primeira, são obrigações das partes:

3.1 - DA CONTRATANTE

- a) manter o acompanhamento da execução físico-financeira do empreendimento, bem como atestar a aquisição dos bens pelo CONTRATADO, constantes do objeto previsto no Plano de Trabalho integrante deste Contrato de Repasse, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
- b) transferir ao CONTRATADO os recursos financeiros, na forma do cronograma de execução financeira aprovado, observando o disposto na Cláusula Sexta deste Contrato de Repasse e a disponibilidade financeira do Ministério do Turismo;
- c) analisar as eventuais solicitações de reformulação do Plano de Trabalho feitas pelo CONTRATADO, submetendo-as, quando for o caso ao Ministério do Turismo;
- d) publicar no Diário Oficial da União o extrato deste Contrato de Repasse e de suas alterações, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor;
- e) fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas a este contrato de repasse independente de autorização judicial;
- f) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo CONTRATADO.

3.2 - DO CONTRATADO

- a) executar os trabalhos necessários à consecução do objeto, a que alude este Contrato de Repasse, observando critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos;
- b) ter consignado no Orçamento do corrente exercício ou, em prévia lei que autorize sua inclusão, os subprojetos ou subatividades decorrentes deste Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do Orçamento, podendo o CONTRATADO ser argüido pelos Órgãos de controle interno e externo pela eventual inobservância ao preceito contido nesta letra;
- c) manter, em Agência da CAIXA, conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse;



- d) apresentar à CONTRATANTE relatórios de execução físico-financeira relativos a este Contrato de Repasse, bem como da integralização da contrapartida em periodicidade compatível com o cronograma de execução estabelecido;
- e) prestar contas dos recursos transferidos pelo Ministério do Turismo junto à CONTRATANTE, inclusive de eventuais rendimentos provenientes das aplicações financeiras legalmente autorizadas;
- f) propiciar, no local da execução das obras/serviços, os meios e as condições necessários para que a CONTRATANTE possa realizar inspeções periódicas, bem como os órgãos de controle externo;
- g) compatibilizar o objeto deste Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- h) restituir, observado o disposto na Cláusula Oitava, o saldo dos recursos financeiros não utilizados;
- i) observar o disposto na Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na Lei nº 10.520/02, no Decreto nº 5.504/05 e na IN STN 01, de 15 de janeiro de 1997 para a contratação de empresas para a execução do objeto deste Contrato de Repasse, bem como utilizar a modalidade de licitação Pregão para os casos de contratação de bens e serviços comuns, obedecendo o disposto nos incisos I a V do art. 1º da Portaria Interministerial (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda) nº 217, de 31.07.06, a qual o contratado declara conhecer seu inteiro conteúdo, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração de advogado não participante do processo de licitação acerca do atendimento ao disposto nas Leis citadas em especial à Lei 8.666/93 e suas alterações, inclusive quanto à forma de publicação;
- j) inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do contrato de repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;
- k) observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar, relativamente aos recursos contratados a título de contrapartida, estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000;
- l) adotar o disposto nas Leis 10.048, de 18.11.2000, e 10.098, de 19.12.2000, e no Decreto 5.296, de 02.12.2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- m) divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do financiamento e o nome do CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros;
- n) notificar os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, com sede no Município, da liberação dos recursos, no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimentos dos recursos;
- o) instalar placa de inauguração quando da conclusão da obra, conforme padrão fornecido pelo CONTRATANTE;
- p) registrar as informações solicitadas na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/08 no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, à medida de sua implementação;

- q) comprometer-se a zelar pelo correto aproveitamento/funcionamento dos bens resultantes deste Contrato de Repasse, bem como promover adequadamente sua manutenção;
- r) tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto deste Contrato de Repasse.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4 - A CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO, de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho, até o valor de R\$224.250,00 (duzentos e vinte e quatro mil e duzentos e cinquenta reais) .

4.1 - A título de contrapartida, o CONTRATADO alocará a este Contrato de Repasse, de acordo com o cronograma de execução financeira, o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

4.2 - Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados a este Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

4.3 - Recursos adicionais que venham ser necessários à consecução do objeto deste Contrato terão seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

4.4 - A movimentação financeira, inclusive da contrapartida financeira, deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse.

CLÁUSULA QUINTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DAS OBRAS/SERVIÇOS

5 - O CONTRATADO, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início das obras e/ou serviços objeto deste Contrato de Repasse.

5.1 - A autorização mencionada acima ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual.

5.2 - Eventuais obras e/ou serviços executados antes da autorização da CONTRATANTE não serão objeto de medição com vistas à liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE SAQUE DOS RECURSOS

6 - A liberação dos recursos financeiros será feita diretamente em conta bancária vinculada a este Contrato de Repasse, sob bloqueio, após sua publicação no Diário Oficial da União e autorização para início das obras/serviços disposta na Cláusula Quinta, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

6.1 - A autorização de saque dos recursos creditados na conta vinculada será feita em parcelas, de acordo com o cronograma físico-financeiro, após atestada, pela CONTRATANTE, a execução física e a comprovação do aporte da contrapartida da etapa correspondente e após a comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO.

6.2 - O saque da última parcela ficará condicionado ao ateste, pela CONTRATANTE, da execução total do empreendimento objeto deste Contrato de Repasse, bem como à comprovação, pelo CONTRATADO, da integral aplicação do valor relativo à contrapartida exigível.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

7 - As despesas com a execução deste Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos partícipes para o exercício de 2009.

7.1 - As despesas da CONTRATANTE correrão à conta de recursos alocados no orçamento do Gestor, Unidade Gestora 550013, Gestão 00001, na(s) Fonte(s) de Recursos 100, com emissão de empenho(s) pela Caixa Econômica Federal no seguinte programa:

a) Programa de Trabalho: 29182

R\$224.250,00 (duzentos e vinte e quatro mil e duzentos e cinquenta reais), Natureza da despesa: 444041, Nota de Empenho nº 2009NE900504, emitida em 06/11/2009.

7.2 - A eficácia do presente Contrato de Repasse está condicionada à validade do(s) empenho(s) acima citado(s), que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, este Contrato fica automaticamente extinto.

7.2.1 - No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro será reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

7.3 - A despesa do CONTRATADO com a execução deste Contrato de Repasse, a título de contrapartida, correrá à conta de recursos alocados no seu orçamento.

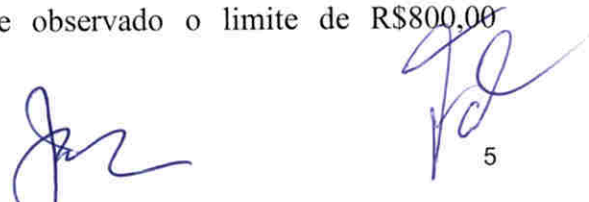
CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

8 - A execução financeira deste Contrato de Repasse deverá atender às condições estabelecidas nesta Cláusula.

8.1 - A programação e a execução deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte, se for o caso.

8.2 - Os pagamentos devem ser realizados exclusivamente mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

8.2.1 - Excepcionalmente, poderá ser realizado uma única vez no decorrer da vigência deste Contrato de Repasse pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R\$800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.



8.3 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO incluirá no SICONV as seguintes informações:

- I - a destinação do recurso;
- II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
- V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

8.4 - Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência deste Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que efetivamente realizadas na vigência deste Contrato de Repasse e se expressamente autorizada pela CONTRATANTE.

8.5- Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento.

8.6 - Os recursos transferidos pela CONTRATANTE deverão ser movimentados, única e exclusivamente, na Caixa Econômica Federal, Agência nº 2778-2, em conta bancária de nº 00647017-9, vinculada a este Contrato de Repasse.

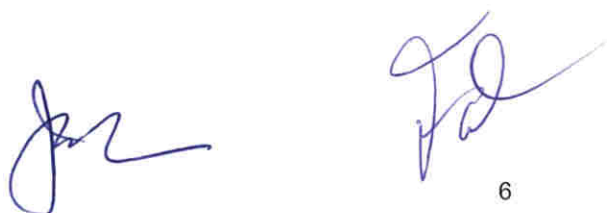
8.6.1 - Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

8.6.1.1 - Fica a CONTRATANTE autorizada a promover as aplicações dos recursos creditados na conta bancária vinculada a este Contrato de Repasse nas hipóteses e segundo as modalidades de aplicação previstas nesta Cláusula.

8.6.2 - As receitas financeiras auferidas na forma deste item serão computadas a crédito deste Contrato de Repasse, podendo ser aplicadas dentro da vigência contratual na consecução de seu objeto e devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida.

8.6.2.1 - Na ocorrência de rendimentos negativos na aplicação financeira que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

8.7 - Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, após conciliação bancária da conta vinculada a este Instrumento, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CAIXA na época da restituição.



8.7.1 – A devolução prevista no item 8.7 acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independentemente da época em que foram aportados.

8.7.2 - Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto pactuado neste Instrumento;
- b) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento;
- d) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 8.6.2.

8.7.3 - O CONTRATADO, nas hipóteses previstas nos itens 8.7, 8.7.1 e 8.7.2, será notificado para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, restitua os valores dos repasses acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente.

8.7.4- Vencido o prazo previsto no item anterior sem que o CONTRATADO proceda a restituição dos valores, fica a CONTRATANTE autorizada, caso haja recursos disponíveis na conta vinculada, a proceder aos débitos dos valores respectivos e repassá-los à União.

8.7.5 - Na hipótese prevista no item 8.7.4 não havendo recursos suficientes para se proceder a completa restituição, deverá ser instaurada a imediata Tomada de Contas Especial, providenciada pela CONTRATANTE.

8.8 - Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

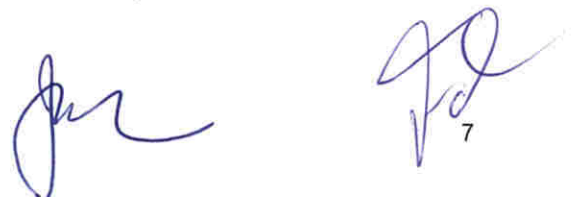
CLÁUSULA NONA - DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

9 - Os bens patrimoniais remanescentes, adquiridos ou produzidos em decorrência deste Contrato de Repasse, previstos no Plano de Trabalho, quando da extinção deste Contrato, serão de propriedade do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PRERROGATIVAS

10 - É o Ministério do Turismo a autoridade normatizadora, com competência para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

10.1 - Sempre que julgar conveniente, o Ministério do Turismo poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão deste Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.



10.2 - É prerrogativa da União, por intermédio do Ministério do Turismo e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes a este Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução da obra/serviço, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

11 - Obriga-se o CONTRATADO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa, nos termos do art. 54, parágrafo primeiro, do Decreto nº 93.872/86.

11.1 - As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo e pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas pela CONTRATANTE.

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá solicitar o encaminhamento de cópias dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer momento, sempre que julgar conveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

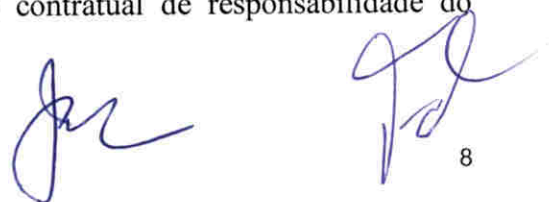
12 - A Prestação de Contas referente ao total dos recursos de que trata a Cláusula Quarta, deverá ser apresentada à CONTRATANTE até 30 (trinta) dias após o término da vigência do contrato ou da efetivação do último pagamento, o que ocorrer primeiro.

12.1 - Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da Prestação de Contas final a que se refere o *caput* desta Cláusula, o CONTRATADO será notificado para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, adote as providências para sanar a irregularidade, ou cumprir a obrigação.

12.1.1 - Decorrido o prazo da notificação sem que a irregularidade tenha sido sanada, ou cumprida a obrigação, a CONTRATANTE comunicará o fato, de imediato, ao respectivo órgão responsável pelo controle interno, providenciando junto ao órgão de contabilidade analítica a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

13 - Correrão às expensas do CONTRATADO os valores relativos às despesas extraordinárias incorridas pela CONTRATANTE decorrentes de reanálise, por solicitação do CONTRATADO, de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia e de trabalho social, das despesas resultantes de vistoria de etapas de obras não previstas originalmente, bem como de publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do CONTRATADO.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA AUDITORIA

14 - Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO, em conformidade com o capítulo VI do Decreto nº 93.872/86.

14.1 - É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

15 - É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização do CONTRATADO para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

15.1 - Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Ministério do Turismo, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

15.2 - Quando da conclusão da obra deverá o CONTRATADO instalar placa de inauguração conforme modelo fornecido pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

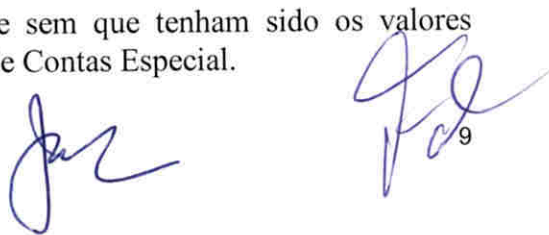
16 - A vigência deste Contrato de Repasse iniciará-se na data de sua assinatura, encerrando-se no dia 17/11/2011, possibilitada a sua prorrogação mediante aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

17 - O presente Contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando as contratantes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/08 e demais normas pertinentes à matéria.

17.1 - Constitui motivo para rescisão do presente Contrato o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

17.1.1 - A rescisão do Contrato, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

18 - A alteração deste Contrato de Repasse, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a concordância da CONTRATANTE.

18.1 - A alteração do prazo de vigência deste Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Ministério do Turismo, será promovida “de ofício” pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e mediante firmação de Termo Aditivo.

18.2 - A alteração contratual referente ao valor do contrato será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a alteração para maior dos recursos oriundos da transferência, tratados na Cláusula Quarta, item 4, sob decisão unilateral exclusiva do Gestor.

18.3 - É vedada a alteração do objeto previsto neste Contrato, exceto para a ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

19 - Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução deste contrato deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.


19.1 - As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao presente Contrato de Repasse serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama, telex ou fax.

19.2 - As correspondências dirigidas ao CONTRATADO deverão ser entregues no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Brejo da Madre de Deus, Localizado na Pç Vereador Abel de Freitas, s/n - CEP - 55170-000.

19.3 - As correspondências dirigidas à CONTRATANTE deverão ser entregues no seguinte endereço: Caixa Econômica Federal, Superintendência Regional: SR 2692 – Rua Barão de Porto Seguro, 180 - 2º Andar - Bairro: Maurício de Nassau CEP: 55012-030, Caruaru – PE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20 - Para dirimir os conflitos decorrentes deste Contrato de Repasse fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

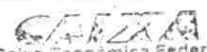


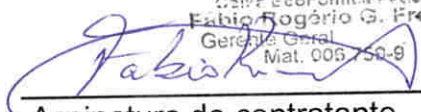


E, por estarem assim justos e pactuados, firmam este Instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, que assinam, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

CARUARU _____, 28 de dezembro de 2009

Local/Data


Caixa Econômica Federal
Fábio Rogério G. Freitas
Gerente Geral
Mat. 006.750-9



Assinatura do contratante

Nome:

CPF:



Assinatura do contratado

Nome: José Edson de Sousa

CPF: 146.842.844-68

Testemunhas



Nome: Wanessa Henrique da Silva

CPF: 068.597.374-33

Nome: Joanna D'arc Vieira de Lira

CPF: 010.784.164-94



ME/PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU-MG; CNPJ 01.743.335/0001-62; CTR 304.460-94/2009/Ministério das Cidades/CAIXA; Objeto: Construção de um ginásio poliesportivo; Programa Esporte e Lazer na Cidade; Valor: R\$ 1.000.000,00; Dos recursos: R\$ 292.500,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 180006, Gestão 0001, Programa de Trabalho 27812125054500031, NE 2009NE901561, de 25/11/2009, e R\$ 707.500,00 de contrapartida. Vigência 30/03/2011 - Data e Assinaturas: 21/12/2009 - Tarcísio dos Reis Barros e Vasco Praça Filho.

MCIDADES/PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE-GO; CNPJ 01.743.335/0001-62; CTR 306.001-82/2009/Ministério das Cidades/CAIXA; Objeto: Execução de pavimentação asfáltica; Programa Gestão da Política de Desenvolvimento; Valor: R\$ 433.620,00; Dos recursos: R\$ 394.200,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545103101D731586, NE 2009NE902442, de 04/12/2009, e R\$ 39.420,00 de contrapartida. Vigência 30/03/2011 - Data e Assinaturas: 21/12/2009 - Paulo César Menezes de Araújo e Paulo Roberto Marques de Souza.

MTUR/PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI-MG; CNPJ 18.125.161/0001-77; CTR 302.360-49/2009/Ministério do Turismo/CAIXA; Objeto: Implantação de quatro centros turísticos; Programa Turismo Social no Brasil; Valor: R\$ 117.500,00; Dos recursos: R\$ 97.500,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 23695116610V00031, NE 2009NE901228, de 26/11/2009, e R\$ 20.000,00 de contrapartida. Vigência 30/03/2011 - Data e Assinaturas: 21/12/2009 - Osvaldo Luiz Xavier e Antério Mânica.

MCIDADES/PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA-GO; CNPJ 37.388.378/0001-14; CTR 298.315-88/2009/Ministério das Cidades/CAIXA; Objeto: Execução de pavimentação asfáltica; Programa Gestão da Política de Desenvolvimento; Valor: R\$ 152.828,00; Dos recursos: R\$ 146.950,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545103101D731562, NE 2009NE900396, de 20/10/2009, e R\$ 5.878,00 de contrapartida. Vigência 30/03/2011 - Data e Assinaturas: 17/12/2009 - Paulo César Menezes de Araújo e Waldir Gilberto de Brito.

MAPA/Município de SACRAMENTO/MG; CNPJ 18.140.764/0001-48; CTR 0297.867-48/2009/CAIXA; Objeto: Aquisição de máquina motoniveladora nova, fabricação nacional, a diesel 06 cil turbo, 140 a 195 HP, 24 volts; Programa PRODESA; Valor: R\$ 560.000,00; Dos recursos: R\$ 487.500,00, correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 135098, Gestão 0001-Tesouro, Programa de Trabalho 2060560037H170031, NE 2009NE900179, de 09/10/2009, e R\$ 72.500,00 de contrapartida. Vigência: 30/07/11 - Data e Assinaturas: 29/12/09 - Robledo Pinto Coimbra e Wesley de Santi de Melo.

MCIDADES/ CALÇADO-PE; CNPJ 11.034.741/0001-00 CTR 309.877-31/2009/Ministério DAS CIDADES/ CAIXA; Objeto Pavimentação em Paralelepípedos Graníticos em diversas ruas da zona urbana do Município de Calçado - Pernambuco; Programa GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO Valor: R\$301.800,00 Dos recursos: R\$295.300,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 175004 Gestão 00001 Programa de Trabalho 29610 NE 2009NE903230 de 18/12/2009 e R\$6.500,00 de contrapartida. Vigência 15/11/2011 - Data e Assinaturas: 29/12/2009; ODIMAR IUIJI KAMEI E JOSÉ ELIAS MACENA DE LIMA.

MCIDADES/ CALÇADO-PE; CNPJ 11.034.741/0001-00 CTR 309.876-27/2009/Ministério DAS CIDADES/ CAIXA; Objeto Pavimentação Asfáltica na principal avenida do Município de Calçado - Pernambuco; Programa GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO Valor: R\$301.800,00 Dos recursos: R\$295.300,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 175004 Gestão 00001 Programa de Trabalho 29610 NE 2009NE903228 de 18/12/2009 e R\$6.500,00 de contrapartida. Vigência 15/11/2011 - Data e Assinaturas: 29/12/2009; ODIMAR IUIJI KAMEI E JOSÉ ELIAS MACENA DE LIMA.

ME/ CALÇADO-PE; CNPJ 11.034.741/0001-00 CTR 296.863-87/2009/Ministério DO ESPORTE/ CAIXA; Objeto Implantação e Modernização de Infra-estrutura Esportiva; Programa ESPORTE E LAZER NA CIDADE; Valor: R\$151.000,00 Dos recursos: R\$146.250,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 180006, Gestão 0001, Programa de Trabalho 3890 NE 2009NE90000 de 29/09/2009 e R\$4.750,00 de contrapartida. Vigência 15/11/2011 - Data e Assinaturas: 29/12/2009; ODIMAR IUIJI KAMEI E JOSÉ ELIAS MACENA DE LIMA.

MCIDADES/ TACAIMBÓ-PE; CNPJ 10.091.601/0001-00 CTR 309.821-60/2009/Ministério DAS CIDADES/ CAIXA; Objeto Construção de Calçamento; Programa GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO Valor: R\$203.000,00 Dos recursos: R\$196.400,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 175004 Gestão 00001 Programa de Trabalho 29610 NE 2009NE903026 de 15/12/2009 e R\$6.600,00 de contrapartida. Vigência 05/11/2011 - Data e Assinaturas: 28/12/2009; ORLANDO SIMÕES PIRES FILHO e WASHINGTON LUIZ DA SILVA PEIREIRA

MTUR/ BREJO DA MADRE DE DEUS-PE; CNPJ 10.091.528/0001-77 CTR 300.420-21/2009/Ministério DO TURISMO/ CAIXA; Objeto Construção de Calçamento no Distrito de São Domingos; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$229.250,00 Dos recursos: R\$224.250,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 29182 NE 2009NE900504 de 06/11/2009 e R\$5.000,00 de contrapartida. Vigência 17/11/2011 - Data e Assinaturas: 28/12/2009; FÁBIO ROGÉRIO GOMES FREITAS e JOSÉ EDSON DE SOUSA.

MCIDADES/ BREJO DA MADRE DE DEUS-PE; CNPJ 10.091.528/0001-77 CTR 301.860-76/2009/Ministério DAS CIDADES/ CAIXA; Objeto Construção de Calçamentos em Diversas Ruas do Distrito de São Domingos; Programa GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO Valor: R\$201.400,00 Dos recursos: R\$196.400,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 175004 Gestão 00001 Programa de Trabalho 29610 NE 2009NE901246 de 18/11/2009 e R\$5.000,00 de contrapartida. Vigência 17/11/2011 - Data e Assinaturas: 28/12/2009; FÁBIO ROGÉRIO GOMES FREITAS e JOSÉ EDSON DE SOUSA.

MCIDADES/ PESQUEIRA-PE; CNPJ 10.264.406/0001-35 CTR 309.920-60/2009/Ministério DAS CIDADES/ CAIXA; Objeto Pavimentação asfáltica de vias urbanas no Município de Pesqueira - PE; Programa GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO Valor: R\$777.960,00 Dos recursos: R\$740.350,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 175004 Gestão 00001 Programa de Trabalho 29611 NE 2009NE902954 de 14/12/2009 e R\$37.610,00 de contrapartida. Vigência 17/11/2011 - Data e Assinaturas: 24/12/2009; SANDRA CARLA DE CARVALHO e CLEIDE MARIA DE SOUZA OLIVEIRA.

MTUR/ MANARI-PE; CNPJ 01.626.099/0001-02 CTR 306.533-15/2009/Ministério DO TURISMO/ CAIXA; Objeto RECONSTRUÇÃO DA PRAÇA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$350.000,00 Dos recursos: R\$341.250,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 29286 NE 2009NE901728 de 07/12/2009 e R\$8.750,00 de contrapartida. Vigência 04/10/2011 - Data e Assinaturas: 28/12/2009; LUIZ SANTIAGO RODRIGUES GUISSANE e OTAVIANO FERREIRA MARTINS.

MTUR/ IBIMIRIM-PE; CNPJ 010.105.971/0001-50 CTR 306.022-35/2009/Ministério DO TURISMO/ CAIXA; Objeto PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS GRANÍTICOS NO DISTRITO DE MOXOTO; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$160.000,00 Dos recursos: R\$146.250,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 29182 NE 2009NE901628 de 03/12/2009 e R\$13.750,00 de contrapartida. Vigência 18/10/2011 - Data e Assinaturas: 29/12/2009; LUIZ SANTIAGO RODRIGUES GUISSANE e ANTONIO MARCOS ALEXANDRE.

MTUR/ SANTA TEREZINHA-PE; CNPJ 11.358.140/0001-52 CTR 303.646-00/2009/Ministério DO TURISMO/ CAIXA; Objeto CONSTRUÇÃO DO PATIO DE EVENTOS; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$235.100,00 Dos recursos: R\$230.100,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 29182 NE 901125 de 24/11/2009 e NE 901147 de 23/11/2009 e R\$5.000,00 de contrapartida. Vigência 15/10/2011 - Data e Assinaturas: 29/12/2009; MARIA IMELDA INACIO DE MORAIS e ADEILSON LUSTOSA DA SILVA.

MCIDADES/ MOREILÂNDIA-PE; CNPJ 11.361.227/0001-89 CTR 308.573-47/2009/Ministério DAS CIDADES/ CAIXA; Objeto Construção de Pavimentação em pedra paralelepípedos nas ruas 01 e 02 na vila São João, perímetro Urbano da cidade de Moreilândia - PE; Programa GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO Valor: R\$202.400,00 Dos recursos: R\$196.400,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 175004 Gestão 00001 Programa de Trabalho 29850 NE 2009NE901664 de 19/11/2009 e R\$6.000,00 de contrapartida. Vigência 14/12/2011 - Data e Assinaturas: 29/12/2009; MARIA VERA LUCIA DOS SANTOS SILVA e JOÃO ANGELIM CRUZ.

MCIDADES/ PASSIRA-PE; CNPJ 11.097.300/0001-57 CTR 308.187-63/2009/Ministério DAS CIDADES/ CAIXA; Objeto Implantação de revestimento asfáltico sobre paralelepípedos existente nas ruas do centro urbano; Programa GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO Valor: R\$543.100,00 Dos recursos: R\$493.100,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 175004 Gestão 00001 Programa de Trabalho 29610 NE 2009NE902290 de 26/11/2009 e R\$50.000,00 de contrapartida. Vigência 16/10/2011 - Data e Assinaturas: 29/12/2009; LÍGIA BEATRIZ BEZERRA MARTINS e MIGUEL GOMES DE FREITAS.

ME/ PASSIRA-PE; CNPJ 11.097.300/0001-57 CTR 309.038-71/2009/Ministério DO ESPORTE/ CAIXA; Objeto CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA; Programa ESPORTE E LAZER NA CIDADE; Valor: R\$536.250,00 Dos recursos: R\$487.500,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 180006 Gestão 0001, Programa de Trabalho 26943 NE 2009NE900692 de 20/11/2009 e R\$48.750,00 de contrapartida. Vigência 16/11/2011 - Data e Assinaturas: 29/12/2009; LÍGIA BEATRIZ BEZERRA MARTINS e MIGUEL GOMES DE FREITAS.

MTUR/ LAGOA DO CARRO-PE; CNPJ 40.893.778/0001-91 CTR 307.444-55/2009/Ministério DO TURISMO/ CAIXA; Objeto Dotar de infra estrutura pública de apoio ao turismo com ações de CALÇAMENTO de ruas; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$498.000,00 Dos recursos: R\$487.500,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 540007 Gestão 00001, Programa de Trabalho 29285 NE2009NE902089 de 15/12/2009 e R\$10.500,00 de contrapartida. Vigência 15/10/2011 - Data e Assinaturas: 29/12/2009; HÉLIO FERREIRA DE LIMA SANTOS E JUDITE MARIA DE SANTANA SILVA.

MCIDADES/ SURUBIM-PE; CNPJ 11.361.862/0001-66 CTR 309.874-08/2009/Ministério DAS CIDADES/ CAIXA; Objeto Pavimentação Asfáltica das Ruas; Programa GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO Valor: R\$536.672,42 Dos recursos: R\$493.100,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 175004 Gestão 00001 Programa de Trabalho 29610 NE 2009NE903513 de 19/12/2009 e R\$43.572,42 de contrapartida. Vigência 09/10/2011 - Data e Assinaturas: 29/12/2009; ISRAEL FRANCISCO ALVES e FLÁVIO EDNO NÓBREGA.

PCJ/ COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP-SP; CNPJ 43776517000180; CTR 0301235-95/2009/ CONSORCIO PCJ; Objeto PROJETO EXECUTIVO DO SISTEMA DE AFASTAMENTO DE ESGOTO DO PARQUE SAO FRANCISCO E JARDIM ESPERANADA NO MUNICIPIO DE ITATIBA; Programa PRESERVAÇÃO DE RECURSOS HIDRICOS DA BACIA DO PCJ; Valor: R\$ 237.612,83; Dos recursos: R\$ 178.195,92 correrão à conta do Consórcio PCJ no exercício de 2009, e R\$ 59.416,91 de contrapartida. Vigência 29/12/2010 - Data e Assinaturas: 29/12/2009; VALTER GONCALVES NUNES e GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO e RUI DE BRITTO ALVARES AFFONSO.

Ministério DAS CIDADES / FORQUILHINHA - SC; CNPJ 81.531.162/0001-58; CTR 0309712-44/2009/Ministério DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA EUCLIDES BORTOLOTTI no Município de Forquilha/SC; Programa: GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO; Valor: R\$450.000,00; Dos recursos: R\$ 200.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545103101D730001, NE 2009NE903619, de 19/12/2009, e R\$ 250.000,00 de contrapartida. Vigência 01/12/2011 - Data e Assinaturas: 29/12/2009 JACEMAR BITTENCOURT DE SOUZA, VANDERLEI ALEXANDRE.

MTUR/ESTRELA DO NORTE-GO; CNPJ 01.800.465/0001-90; CTR 0303.524-37/2009/MTUR/CAIXA; Objeto: Construção de Calçadas e Meio Fio no Município de ESTRELA DO NORTE-GO; Programa: TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 150.000,00; Dos recursos: R\$ 146.250,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 23695116610V00052 NE 2009NE900987 de 23/11/2009 e R\$ 3.750,00 de contrapartida. Vigência 30/12/2011 - Data e Assinaturas: 24/12/2009 - Rui Resende e Orcino dos Reis Braga.

MTUR/FORMOSO-GO; CNPJ 02.395.812/0001-09; CTR 0306.469-32/2009/MTUR/CAIXA; Objeto: Ampliação do Parque da Cachoeira no Município de FORMOSO-GO; Programa: TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 101.000,00; Dos recursos: R\$ 97.500,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 23695116610V00052 NE 2009NE901739 de 07/12/2009 e R\$ 3.500,00 de contrapartida. Vigência 31/12/2011 - Data e Assinaturas: 28/12/2009 - Rui Resende e Denilson Severino Rosa.

MTUR/FORMOSO-GO; CNPJ 02.395.812/0001-09; CTR 0299.506-10/2009/MTUR/CAIXA; Objeto: Implantação de Calçadas e Meio fio no Município de FORMOSO-GO; Programa: TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 100.425,00; Dos recursos: R\$ 97.500,00 correrão à conta da União no exercício de 2009. UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 23695116610V00001 NE 2009NE900305 de 03/11/2009 e R\$ 2.925,00 de contrapartida. Vigência 30/11/2010 - Data e Assinaturas: 28/12/2009 - Rui Resende e Denilson Severino Rosa.

ME/Município de RECREIO/MG; CNPJ 17735754000192; CTR N° 0304555-34/2009/ME/CAIXA; Objeto: J Program ESPORTE E LAZER NA CIDADE; Valor: R\$ 378.063,20; Dos recursos: R\$ 370.500,00 correrão à conta da União no Exercício de 2009. UG 180006, Gestão 0001, Programa de Trabalho 27812125054500184, NE 2009NE901523, de 25/11/2009, e R\$ 7.563,20 de Contrapartida; Vigência: Data e Assinaturas: /2009 - e FERNANDO DE ALMEIDA COIMBRA.

MTUR/Município de UBÁ/MG; CNPJ 18128207000101; CTR N° 0305208-54/2009/MTUR/CAIXA; Objeto PAVIMENTAÇÃO POLIEDRICA DE 3KM DA SERRA DE UBARI; Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL; Valor: R\$ 550.200,00; Dos recursos: R\$ 487.500,00 correrão à conta da União no Exercício de 2009. UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 23695116610V00031, NE 2009NE901344, de 30/11/2009, e R\$ 62.700,00 de Contrapartida; Vigência 30/09/2011; Data e Assinaturas: 18/Dezembro/2009 - SHIRLEY BARROSO BRANDO e EDVALDO BAIÃO ALBINO.

CAIXA
Janelma Nascimento Barros
Analista
Mar 03/08/07